

Revisão Sistemática da Literatura Arquivística sobre o acesso à informação das Pessoas Com Deficiência visual

SYSTEMATIC REVIEW OF ARCHIVES LITERATURE ON ACCESS TO INFORMATION FOR PEOPLE WITH VISUAL DISABILITIES

Maria Emilia Gurgel Bezerra Silva

mariaemiliagurgel@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3537835249420957>

<https://orcid.org/0009-0002-9653-6485>

Pós-graduada em Psicopedagogia e Pedagoga pela Faculdade do Vale do Jaguaribe. Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Jobson Francisco da Silva Júnior

jobsonminduim@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1440366714960339>

<https://orcid.org/0009-0003-2590-4268>

Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Mestre em Ciência da Informação e graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Submetido: 28 set. 2024

Publicado: 02 nov. 2024

RESUMO

O presente artigo realizou uma pesquisa na produção científica em Arquivologia sobre o acesso à informação da Pessoa Com Deficiência visual nos arquivos. Entendendo a necessidade de promover acessibilidade nos arquivos para além da quebra de barreiras estruturais e arquitetônicas, mas também de possibilitar o acesso indiscriminado às informações contidas nos documentos. No referencial teórico, foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica, possibilitando conceituar deficiente visual, identificar as legislações vigentes, a estruturação de um arquivo acessível e o discurso técnico científico da Arquivologia sobre pessoas com deficiência no recorte da deficiência visual. Na metodologia, foi utilizada como técnica a Revisão Sistemática de Literatura, sendo selecionadas as bases de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Repositório Institucional da Universidade Estadual da Paraíba e a Base de Dados Referências de Artigos de Periódicos em Ciências da Informação. Durante as buscas nas bases de dados, foi possível identificar que apenas um texto discorre sobre questões referentes ao acesso das pessoas com deficiência visual aos ambientes de arquivo. Para melhorar esse cenário, e se fazer cumprir as leis vigentes, ressalta-se a importância e a urgência de discussões sobre o tema e o papel do profissional de arquivo e dos formadores desses profissionais nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: produção científica em Arquivologia; acessibilidade em arquivos; Pessoa Com Deficiência; deficiência visual.

ABSTRACT

This article carried out research into scientific production in Archivology on access to information for People With Visual Impairments in archives. Understanding the need to promote accessibility in files beyond breaking structural and architectural barriers, but also to enable indiscriminate access to the information contained in documents. For the theoretical framework, documentary and bibliographical research was carried out, making it possible to conceptualize visually impaired people, identify current legislation, the structuring of an accessible archive and the scientific technical discourse of archival science about people with disabilities in terms of visual impairment. In the methodology, the Systematic Literature

identidade de gênero dentre outras características que os usuários possam apresentar, pois só desta forma será garantido a acessibilidade nos arquivos.

O avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) permitiu a democratização da internet, fato este, que vem impulsionando cada vez mais o aumento no número de pessoas que buscam por mais informações. Neste contexto, o papel do arquivista assume destaque como facilitador no processo de acesso e de recuperação da informação. Com um número cada vez maior de usuários(as) em busca de informações, temos também que nos atentar que um número significativo dessas pessoas tem algum tipo de limitação ou deficiência.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2019), 17 milhões de brasileiros e brasileiras têm alguma deficiência. Ou seja, um número significativo da população brasileira tem alguma deficiência ou limitação, o que nos faz pensar em como incluir essas pessoas nos ambientes informacionais. Para que isso aconteça, é importante que tanto os arquivos quanto os arquivistas estejam preparados para atender as necessidades desses usuários(as) que podem demandar uma atenção especializada, facilitando assim a sua inclusão na sociedade. A inclusão social é uma questão fundamental para a construção de uma sociedade que busca equidade. Para que isso ocorra, é importante que sejam proporcionadas condições de igualdade e de equidade a todas as pessoas.

Para que qualquer cidadão seja inserido na sociedade, é necessário acesso pleno à informação, independentemente de suas limitações ou deficiência. Tendo essa diretriz como norte, elencamos o problema desta pesquisa: O que a Arquivologia tem estudado/produzido a respeito do tema de acessibilidade?

Uma vez apresentadas a questão da pesquisa, o objetivo desta pesquisa foi: investigar a acessibilidade dos arquivos às pessoas com deficiência visual por meio da produção científica na área de Arquivologia.

Estruturando-se em seções, iniciando pela introdução, na qual foi feito a apresentação da pesquisa, sua justificativa e contextualização, a problematização e os objetivos: geral e específicos. Seguida pela reflexão teórica, que por meio de discussões e interpretações de textos publicados foi elaborado um discurso aprofundado sobre o fenômeno estudado. Na metodologia, estão descritos os procedimentos e técnicas utilizados na coleta de dados e de análise dos mesmos. Na seção apresentação e análise dos dados, expomos as informações que extraídas dos textos analisados e o que a literatura arquivística aborda sobre a temática. Concluindo com as considerações finais, nas quais nos posicionamos sobre o tema abordado refletimos sobre os resultados obtidos.

2 PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A BASE LEGAL SOBRE ACESSIBILIDADE DA INFORMAÇÃO

A discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade tem sido um tema recorrente na legislação brasileira, sobretudo, o debate sobre a necessidade de serem dadas condições para que essas pessoas possam participar plenamente da sociedade, quer tendo acesso a serviços, espaços e informações de forma igualitária, sem que encontre barreiras, proporcionando assim, um ambiente inclusivo e acessível a todos.

Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, considera-se Pessoa Com Deficiência (PCD), aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena efetiva

na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015). De acordo com a PNS 2019, o Brasil tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência na faixa etária de 2 anos ou mais, ou seja, 8,4 % da população, sendo 6, 978 milhões delas, deficientes visuais (IBGE, 2019).

É considerada PCD visual, aquela que apresenta baixa visão ou cegueira. A baixa visão ou visão subnormal é quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20° no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual CID 10) e considera-se cegueira quando esses valores se encontram abaixo de 0,05 ou campo de visão menor do que 10° (categorias 3,4 e do CID 10), portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008).

Para garantir que a PCD visual tenha participação plena na sociedade, é necessário que ela tenha acesso às informações. Por isso, é importante que os arquivistas cumpram a sua função social, que vai além da organização física dos documentos, como também, implementar práticas que permitam o acesso às informações a qualquer usuário independente de suas limitações visuais. Para que isso aconteça, é necessário que não só barreiras arquitetônicas e de acesso físico sejam quebradas, é necessário que sejam também eliminadas as barreiras informacionais que impedem o acesso desses usuários aos documentos de arquivo e as informações contidas neles. Neste sentido, Costa, Paiva e Sousa (2022) dizem que, no tocante ao usuário cego, pode-se afirmar que seus processos de interação com a informação necessitam da aplicação de aspectos de acessibilidade, de modo a se garantir o acesso informacional a estes sujeitos.

A acessibilidade e a inclusão de PCD é uma temática que vem ganhando espaço nas discussões em diferentes grupos da sociedade. O embasamento desses questionamentos pode ser encontrado em várias leis que dão garantias para que esse acesso e inclusão ocorram. Quando se proporciona a acessibilidade às PCD nos ambientes de arquivo, está permitindo que elas sejam incluídas em uma sociedade, pois acessibilidade não é só o acesso aos ambientes com estruturas arquitetônicas adaptadas, mas também, permitir que todas as pessoas independentes de suas limitações, possam receber as informações que procuram.

A primeira lei que garantiu o direito ao acesso à informação foi a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º e inciso XIV diz: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (Brasil, 1988, p. 13). Depois da Constituição, outras leis surgiram para garantir o acesso à informação e à acessibilidade das PCD a essas informações.

Outra lei que garante às pessoas, inclusive as com deficiência ou limitações o acesso à informação, é a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), que no Art. 5º, deixa claro que, “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão” (Brasil, 2011, online). E, no Art. 8º, inciso

VIII - adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdos para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art.9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008.

Assim, de acordo com a LAI, é papel do poder público eliminar qualquer barreira que impeça ao cidadão ter acesso à informação, tanto de interesse coletivo quanto de interesse pessoal. Para que isso aconteça, é necessário que todas as barreiras

físicas, tecnologias, intelectuais e sociais sejam eliminadas, possibilitando assim, que a informação se torne acessível a qualquer cidadão, independente de suas limitações. Na prática, muitas vezes, o acesso à informação é impedido por causa da falta de mecanismos e de alternativas que auxiliem a que se tornem acessíveis.

Em 2015, foi instituída a Lei nº 13.146, Lei brasileira de inclusão da Pessoa Com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por PCD, visando à sua inclusão social e cidadã. Nesta lei, fica evidente que a acessibilidade vai além de melhorias arquitetônicas, de modo a que seja permitido que todas as pessoas, independentes de sua deficiência ou limitação, tenham o direito de viver de forma independente e exercer sua cidadania e plena participação na sociedade.

3 O PAPEL SOCIAL DOS ARQUIVOS E DOS ARQUIVISTAS NA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

Com o aumento na produção e na busca por informação, tornou-se necessário repensar na organização, no tratamento e na disseminação dos documentos de arquivo. De acordo com o paradigma pós-custodial da Arquivologia, o arquivo deve conter uma estrutura não só para guarda desses documentos, mas também possibilitar que os usuários tenham acesso às informações contidas nos documentos. Todas as informações contidas nos documentos são importantes, e devem estar acessíveis a todos os cidadãos, independente de suas limitações. De acordo com Souza (2019, p. 23), o arquivo acessível pode ser compreendido como:

[...] o conjunto informacional de documentos produzidos por entidades: pessoa física ou jurídica no exercício de suas funções administrativas, da qual em um ambiente físico ou digital, conforme a forma física ou digital da informação, cuja informação está registrada em formato de documento podendo ser acessível aos usuários e os profissionais que gerenciam, independente de suas limitações físicas, motoras ou sensoriais.

Desta forma, é importante pensar em instrumentos que possibilitem a construção e a organização de um arquivo acessível no qual todos os cidadãos, tenham acesso à informação de maneira autônoma e eficiente. O acesso à informação é componente vital em uma sociedade inclusiva, tornando-se elemento imprescindível para o pleno exercício da cidadania. Como afirma Costa, Paiva e Sousa (2022, p. 809), “a informação se configura não apenas enquanto elemento social, mas também como algo que se faz extremamente necessário para que os sujeitos sejam incluídos e desfrutem de vida em sociedade”.

Para isso, é imprescindível que o ambiente informacional físico ou digital esteja adequado para receber os usuários com qualquer deficiência, seja ela, física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial entre outras. Essa adequação não é feita só quebrando barreiras físicas, mas também, proporcionando o uso de ferramentas que facilitam o acesso às informações contidas nos documentos. Outro fator de suma importância para a construção de arquivos acessíveis é que o arquivista seja capacitado para auxiliar aos usuários com deficiência visual no processo de acesso e de recuperação da informação, como também promover políticas públicas de inclusão que vão auxiliar em relação ao acesso à informação de acordo com suas necessidades.

Levando em consideração o quanto à centralidade da informação e do conhecimento podem influenciar a tomada de decisões, a inovação e o progresso social na sociedade hodierna, a Arquivologia tem ganhando destaque através das suas

atribuições no que diz respeito à preservação, à custódia, à disseminação, ao acesso e ao uso da informação nos mais diversos tipos de suporte. Desta forma, o arquivo deixou de ser apenas uma unidade de informação e passou a ser uma entidade integral, fazendo com que a informação e o conhecimento sejam difundidos constantemente (Araújo *et al.*, 2015). Com isso, o papel do arquivista vem ganhando reconhecimento e conquistando maior espaço no mercado de trabalho. Essa discussão traz à luz também a dimensão social do arquivista no tocante à disseminação, ao acesso e ao uso da informação.

De acordo com Silva *et al.* (2021, p. 292), “nos tempos hodiernos tal profissional, além de exercer suas atividades práticas de gestão de acervo arquivístico, agrega também a função de mediador visando à informação para com os usuários e a sociedade”. Isso ressalta que, para o exercício efetivo da profissão, não podemos esquecer que a razão de ser dos arquivos, e por consequência dos arquivistas, são os usuários e como satisfazer as suas necessidades de informação.

Com o surgimento de novos desafios diante da produção, da utilização, do armazenamento e da recuperação dos documentos de arquivo, é possível perceber mudanças no perfil dos arquivistas, com o objetivo de atender ao novo cenário.

Com a adoção das novas tecnologias, internet, e de novos modelos de gestão no cenário arquivístico, os arquivistas, que no passado lidavam com a gestão de documentos, agora estão voltados para a gestão da informação em variados suportes, tendo em vista se adequar e aprimorar seus conhecimentos a fim de suprir as necessidades que o mercado de trabalho requer (Araújo *et al.*, 2015, p. 57).

Diante disto, vale ressaltar que ainda existem profissionais que relacionam a Arquivologia exclusivamente com a gestão de documentos. Porém, é de suma importância que tenhamos consciência que o papel dos arquivistas vai além da gestão dos documentos. Outro papel importante assumido por esses profissionais é possibilitar a inclusão e a acessibilidade nos arquivos. É dever do arquivista não só gerir as informações, mas torná-las acessíveis a quem necessita independentemente de suas limitações (Barbosa; Franklin, 2016, p. 560). O acesso à informação é um direito constitucional adquirido por todos os cidadãos, independente das diferenças econômicas, físicas e mentais. Sendo assim, é importante que o arquivista esteja preparado para fornecer as condições necessárias para o acesso e a recuperação das informações solicitadas por qualquer usuário.

Para esse processo de recuperação da informação, ainda é válido salientar que a mesma não é feita apenas nos documentos impressos, mas compreende também os documentos eletrônicos. Desta forma, Barbosa e Franklin (2016, p. 563) nos dizem que:

[...] temos o arquivista com o papel de mediador entre os softwares, as tecnologias e o entendimento real da necessidade dos usuários da informação, para garantir uma boa comunicação que contribui para encontrar a informação desejada e alcançar a satisfação informacional do usuário.

Mesmo com os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação, para nós, fica evidente que as mesmas devem ser utilizadas como meios, que apenas conseguem apresentar eficácia quando mediadas pelo elemento humano. Na área em foco, é o arquivista quem constrói uma ponte entre os usuários (as) e os documentos, que pode acontecer através de uma interação direta ou indireta. Dessa forma, Silva *et al.* (2021, p. 296) afirmam que:

estabelece normas e critérios sobre a acessibilidade das PCD ou mobilidade reduzida (Brasil, 2000).

Uma vez estabelecidos os critérios de inclusão, constroem-se também os critérios de exclusão. Foram excluídos de nossa coleta os trabalhos em que não foram publicados no português, os documentos que não estavam completos, as publicações feitas antes do ano de 2000, como também os estudos que não contemplam a inclusão dos deficientes visuais nos arquivos.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Uma vez delineado o nosso percurso metodológico foi iniciado a coleta dos dados a serem analisados. A busca foi iniciada no Portal de Periódicos da Capes, a partir da aplicação dos filtros de inclusão listados em nossa metodologia a busca de seu pelas palavras-chave, foram obtidos os resultados que estão no Quadro 1.

Quadro 1: Pesquisa no Portal de Periódicos da Capes

Palavras-chave	Resultado	Tipo de documento
Acessibilidade and Arquivo	22	21 Artigos e 1 Dissertação
Acessibilidade and Arquivologia	6	6 Artigos
Deficiente visual and Arquivo	12	11 Artigos e 1 Dissertação
Deficiente visual and Arquivologia	0	-
Arquivista e Inclusão	2	2 Artigos
Total	42	40 Artigos e 2 Dissertações

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Durante a busca no Portal de Periódicos da Capes, levando em consideração a abrangência da base dados, é possível considerar que um total de 42 documentos, recuperados pelos indexadores listados no Quadro 1, retrata uma produção científica ainda discreta. Ainda nessa base dados foi observável que a maior parte dos documentos recuperados que tratam questões de acessibilidade e inclusão em unidades de informação são voltados para a área de Biblioteconomia.

A base de dados analisada na sequência foi a Brapci, nesta base de dados seguimos o mesmo padrão utilizado no Portal de Periódicos da Capes e os resultados foram listados no Quadro 2.

Quadro 2: Pesquisa na Base de Dados da Brapci

Palavras-chave	Resultado	Tipo de documento
Acessibilidade and Arquivo	8	8 Artigos
Acessibilidade and Arquivologia	9	9 Artigos
Deficiente visual and Arquivo	0	-
Deficiente visual and Arquivologia	0	-
Arquivista e Inclusão	2	2 Relatos de experiência
Total	19	17 Artigos e 2 Relatos de experiência

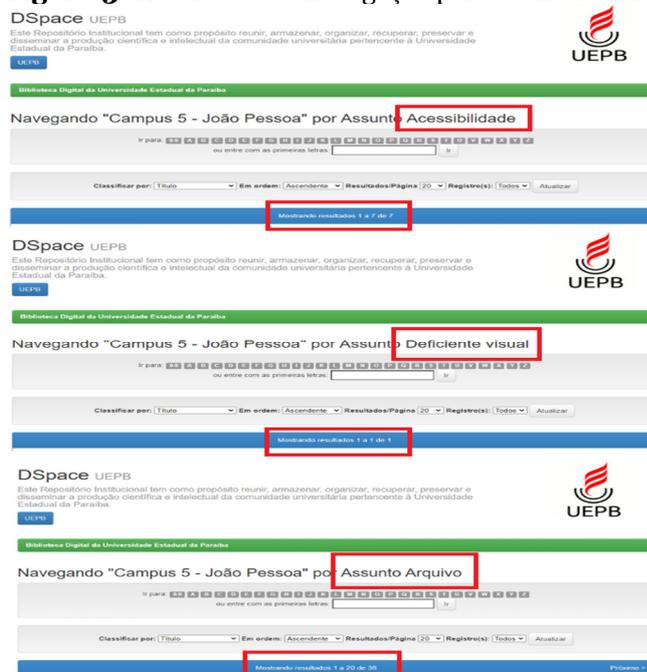
Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Na base de dados da Brapci, foi possível identificar que quase não existem trabalhos indexados em relação à temática em questão, mesmo quando aumentado o recorte temporal com a delimitação do período para de 20 anos.

Finalizada a busca na Brapci, seguimos a mesma metodologia no Repositório Institucional da UEPB, sendo necessário a alteração das palavras-chave, pois o sistema

de busca não aceita duas palavras. Dessa forma, foi utilizado primeiramente o filtro por *campus*, selecionando o *campus 5 – João Pessoa*, em seguida a navegação por assunto, uma vez que através dela é disponibilizada todos os termos indexados na base e o número que documentos com o respectivo indexador, observável na Figura 3.

Figura 3: Resultados da navegação por assuntos UEPB



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Seguindo o mesmo padrão dos resultados nas bases de dados anteriores, a busca realizada no repositório institucional da UEPB foi sintetizada no Quadro 3, é possível ver a distribuição do resultado por tipo de documento recuperado.

Quadro 3: Pesquisa no Repositório Institucional da UEPB

Palavras-chave	Resultado	Tipo de documento
Acessibilidade	7	5 Monografias e 2 Artigos
Deficiente visual	1	1 Monografia
Arquivo	36	25 Monografias, 8 Artigos e 3 Relatórios
Total	44	31 Monografias, 10 Artigos e 3 Relatórios

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Na pesquisa realizada no Repositório institucional da UEPB, os resultados também não foram satisfatórios em relação à temática, mesmo sendo uma instituição que tem o curso de Arquivologia, consideramos poucos os trabalhos voltados para a acessibilidade dos usuários deficientes visuais, nos arquivos.

Finalizadas as buscas nas bases de dados selecionadas, foi possível a localização de 105 trabalhos, nos quais estão distribuídos entre 67 artigos, 31 monografias, dois relatos de experiência, duas dissertações e três relatórios. Continuando com a análise foram realizadas a leitura dos títulos dos documentos recuperados, a retirada dos trabalhos duplicados e os que não incluíam a temática, sendo selecionadas quatro publicações para serem avaliadas a partir de uma leitura de seus resumos. Depois da leitura dos resumos foi possível identificar que só um texto discorre sobre questões referente ao acesso dos deficientes visuais aos ambientes de arquivo.

O texto em questão trata-se de artigo, localizado tanto no Portal de Periódicos da Capes quanto na base de dados da Brapci, intitulado Organização da informação e acessibilidade para usuários cegos em bibliotecas, arquivos, museus e *web* (Albuquerque; Sousa; Guimarães, 2024). O texto foi publicado no ano de 2015, pela *Biblionline* que é uma revista de eletrônica vinculada a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), voltada para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação e Museologia, com publicações eletrônicas trimestrais desde do ano de 2015 (*Biblionline*, 2024). A revista tem Qualis B1 na área de Ciências Sociais Aplicadas. O artigo fala sobre a organização e a acessibilidade para os deficientes visuais não somente nos arquivos, mas também nas bibliotecas, museus e na *web*. As palavras-chave selecionadas pelos autores são: organização da informação, acessibilidade, deficientes visuais e unidades informacionais. Na primeira parte do texto, encontramos um levantamento sobre o número de deficientes visuais no Brasil, logo em seguida é feita uma abordagem sobre o conceito, a classificação e as causas da deficiência visual. O texto traz um panorama sobre a organização e o acesso à informação pelos deficientes visuais nos ambientes informacionais, apresentando as principais barreiras e possíveis soluções.

Na parte destinada aos arquivos, os autores deixam claro como é importante que os arquivos sejam organizados de tal maneira que os deficientes visuais tenham acesso cada vez mais democrático às informações. Mesmo sendo um texto publicado a quase uma década, tem um discurso bastante atual, pois podemos perceber que poucas melhorias foram realizadas no que tange a inclusão das pessoas com deficiência visual na sociedade nos dias atuais.

Como pudemos observar, o número de trabalhos que aborda a temática sobre o acesso à informação do deficiente visual aos arquivos é muito pequeno, em uma pesquisa realizada em três bases de dados, consideradas relevantes para a área da Arquivologia, só foi possível a identificação de um único trabalho que aborda a temática. Esse resultado nos preocupou devido a importância do assunto. Diante do que foi avaliado, pudemos constatar que o tema é pouco discutido nas instituições de ensino superior, o que reflete diretamente numa produção científica quantitativamente discreta. A partir desse resultado, podemos relacionar também com preocupação que a sociedade tem como um todo no tocante a inclusão dos deficientes visuais. Enquanto cidadão ativos na sociedade, ou nesse caso, o resultado nos leva inferir que há uma ausência dessas preocupações tantos no ambiente acadêmico quanto na sociedade em geral, que resulta numa posição permanente de exclusão e subalternidade para as pessoas que compõe esse grupo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo realizou uma pesquisa na literatura arquivística sobre o acesso à informação da PCD visual nos ambientes de arquivo. Para isso, foi construído uma base teórica sobre a compreensão da PCD e sua inclusão, com ênfase nos dispositivos legais. Para fundamentar a parte aplicada da pesquisa, fez-se necessária a discussão sobre a Arquivologia em seu papel de promover acesso à informação e por consequência o papel social dos profissionais do campo na inclusão social.

Enquanto aplicabilidade da pesquisa, foi realizada uma RSL arquivística em três bases de dados, no qual foi possível constatar que a existência de pouca literatura sobre o assunto, fato que chamou nossa atenção devido à relevância do tema. Sabemos que o acesso à informação é um direito garantido por lei a todos os cidadãos, independente de suas limitações ou deficiência, e o quanto o acessá-las é de suma

importância para que essas pessoas sejam incluídas de forma ativa na sociedade. Por isso, é importante que tanto a Arquivologia quanto os arquivistas repensem suas práticas em relação aos usuários com deficiência visual.

Vimos que no Brasil 17 milhões de brasileiros tem algum tipo de limitação ou de deficiência, dos quais em torno de 7 milhões são deficientes visuais, parte bastante expressiva da população (IBGE, 2019). Diante disto, é de suma importância que a sociedade e o poder público possibilitem a inclusão dessas pessoas na sociedade. Para garantir os direitos dessas pessoas, a legislação brasileira conta com uma abundância de leis e normas, nas quais são especificados os direitos e as garantias para essa parcela da população. Porém, mesmo com tanta legislação, ainda encontramos dificuldades em relação à prática dessas leis, ou seja, o fazer funcionar.

Sendo a informação um fator fundamental para inclusão e para emancipação de PCD visual na sociedade, é fundamental ressaltar a importância do arquivo e o papel dos arquivistas. Para que isso ocorra, é necessário tornar os arquivos acessíveis e que os profissionais assumam o papel de mediador dessa informação, proporcionando um atendimento especializado para esse usuário, possibilitando assim que a informação se torne acessível.

Pudemos perceber, pela análise da literatura, que tanto os arquivos quanto às pesquisas em Arquivologia não estão preparados e nem capacitados para atender às pessoas com deficiência, principalmente pessoas com deficiência visual, pois a acessibilidade não é só a quebra de barreiras físicas e arquitetônicas, mas também proporcionar que os usuários com deficiência visual tenham acesso pleno às informações contidas nos documentos.

Para melhorar esse cenário, e se fazer cumprir as leis vigentes, é necessário que as instituições de ensino superior enfatizem a construção de conhecimento que possam ser aplicados na promoção de mudanças sociais, para além de discussões meramente teóricas e distantes da realidade. Desta forma, ressaltamos a importância e urgência das discussões sobre o tema e o papel do arquivista e dos formadores desses profissionais nesse processo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos. Organização da informação e acessibilidade para usuários [A20] cegos em bibliotecas, arquivos, museus e web. **Biblionline**, v. 11, n. 2, p. 43-56, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16617>. Acesso em: 15 out. 2024.

ARAÚJO, Claudialyne da Silva *et al.* O papel social da Arquivologia: a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 2, n. 3, p. 53-61, 2015. DOI: 10.28998/cirev.2015v2n3e. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1790>. Acesso em: 15 out. 2024.

BARBOSA, Irany Rodrigues; FRANKLIN, Kleane Pâmela dos Santos. A função social do arquivista: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza: RACIn, 2016. p. 559-568. Disponível em:

http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_055_9-0568.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

BIBLIONE. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. [Dispõe sobre os procedimentos os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal]. Lei de Acesso à Informação. Brasília, DF: Planalto, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/aceso-a-informacao/lei-de-aceso-a-informacao>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008. Define que as Redes Estaduais de Atenção à Pessoa com Deficiência Visual sejam compostas por ações na atenção básica e Serviços de Reabilitação Visual. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html. Acesso em: 15 out. 2024.

BRERETON, Pearl *et al.* Lessons from applying the systematic literature review process within the software engineering domain. **Journal of Systems and Software**, Espanha, v. 80, n. 4, p. 571- 583, abr. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jss.2006.07.009>. Acesso em: 15 out. 2024.

COSTA, Levi Cadmiel Amaral da; PAIVA, Eliane Bezerra; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Produção Científica da Ciência da Informação Brasileira Acerca do Usuário Cego. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 25, p. 808-833, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/73240>. Acesso em: 15 out. 2024.

DE-LA-TORRE-UGARTE-GUANILO, Mônica Cecília; TAKAHASHI, Renata Ferreira; BERTOLOZZI, Maria Rita. Revisão sistemática: noções gerais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1260-1266, 2011. DOI: 10.1590/S0080-62342011000500033. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/CRjvBKKvRRGL7vGsZLQ8bQj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2024.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2019**: ciclos de vida: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical Therapy**, [S. l.], v. 11, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, Anna Carollyna de Bulhões Moreira *et al.* Responsabilidade social do arquivista. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 287-305, 2021. DOI: 10.5433/1981-8920.2021v26n2p287. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39963>. Acesso em: 15 out. 2024.

SOUZA, Erika Cristina de Oliveira. **Arquivo acessível**: uma proposta inclusiva. 2019. 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/24068>. Acesso em: 15 out. 2024.